

EDITORIAL

Heron Gordilho

Editor

A Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, uma publicação anual e oficial do PPGD/UFBA, chega ao seu vigésimo quarto volume, número 26, com o objetivo de fomentar a pesquisa jurídica em temas fundamentais do Direito Contemporâneo, especialmente questões relacionadas com os Direitos Fundamentais e a Constituição.

Com exceção da seção de doutrina internacional, onde os autores, ou são consagrados ou já tiveram seus artigos submetidos a avaliação cega na língua original em seus respectivos países, todos os demais autores passaram pelo sistema de avaliação cega por pelo menos dois Doutores em Direito.

Importante salientar que a partir desse número a Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (RPPGD/UFBA) passa a ser uma revista eletrônica, disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rppgd> e indexada ao Portal de Periódicos SEER da UFBA, e continuará a ser impressa apenas para envio a bibliotecas de universidades nacionais e estrangeiras.

Neste número 26, a seção de doutrina internacional se inicia com o excelente artigo do professor Richard Delgado, da Universidade da Califórnia (EUA), intitulado COMO ESCREVER UM ARTIGO

JURÍDICO DE REVISÃO (*How to write a Law Review Article*), que explica as várias etapas da elaboração de um artigo jurídico de revisão, desde os tipos e gêneros, até a escolha do tema, regras de apresentação e divulgação do trabalho.

Em seguida, Paula Casal, com a colaboração de Pedro Pozas, respectivamente vice-presidente e diretor executivo do Projeto Grandes Símios Espanhol, apresentam o artigo denominado O PROJETO GRANDES SÍMIOS ESPANHOL (*The spanish Great Apes Project*), que descreve o início desse projeto na Espanha, que foi criado para proteger gorilas, orangotangos, chimpanzés e bonobos dos maus-tratos, abusos sexuais, exploração em laboratórios, circos e tantas outras práticas cruéis que eles são vítimas em solo espanhol.

Na seção de Direito Constitucional, Maurício Martins Reis, Doutorando em Filosofia pela PUCRS e Professor da UNISINOS/RS, em artigo intitulado PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS E SUA ADEQUADA INTERPRETAÇÃO (*Binding Precedents and the Best Interpretation*), analisa os precedentes obrigatórios no ordenamento jurídico brasileiro, questionando o principal argumento do empobrecimento da interpretação constitucional em razão da uniformização de decisões judiciais.

Eddie Parish Silva, Mestre em Direito pela UFBA, apresenta o artigo: OS EFEITOS DA SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES (*The effects of the judicial precedents overcoming*) para abordar os

efeitos da superação retroativos e prospectivos dos precedentes, na tentativa de identificar as hipóteses e o regramento de sua utilização.

Por fim, Eduardo Amin Menezes Hassan, Procurador do Município de Salvador, no artigo: A ÉTICA COMO DIREITO FUNDAMENTAL (*Ethics as a fundamental right*) analisa, a partir das teorias dos custos dos direitos fundamentais e do mínimo existencial, a relação entre a ética e o direito, reivindicando a possibilidade da ética vir a ser considerada um direito fundamental.

Na seção de Direito Processual Civil, Angela Araujo da Silveira Espindola, Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Diretora Científica da Associação Brasileira do Ensino do Direito (ABEDI), em co-autoria com Marco Félix Jobim, Doutor pela PUC/RS, apresenta o artigo: AS ESCOLAS DE DIREITO PROCESSUAL E O ENSINO DO DIREITO (*Currents of Procedure law and legal education*), para analisar as diferentes escolas de Direito Processual no Brasil e demonstrar como as novas escolas buscam o seu espaço frente à Escola de Processo brasileira.

Por fim, Rodrigo Mazzei, Professor Doutor do Curso de Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em PRESCRIÇÃO: ALGUNS TEMAS PROCESSUAIS A PARTIR DA SUA CÉLULA MATERIAL (*Limitations: Some procedural issues from the material cell*), enfrenta, à luz do novo Código Civil, a antiga questão de estabelecer diferenças entre os institutos da prescrição e da decadência, assim como os efeitos das alterações oriundas da Lei 11.280 de 2006, que incluiu a prescrição no rol de matérias argúveis de ofício pelo julgador.

A seção de Direito Civil, Antonio Ferreira Leal Filho, professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito Ruy Barbosa, apresenta o artigo: A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE PERDA DA PATERNIDADE: A MORTE SIMBÓLICA DO PAI (*Dismission of Family Power as a tool for the loss of fatherhood : The symbolic death of father,*) onde analisa a morte simbólica do genitor causada pela aplicação da lei, especialmente pela separação de convivência em decorrência das prisões processuais que muitas vezes acarretam o distanciamento e esgarçamento da relação filial.

Ney Maranhão, doutorando em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela Universidade de São Paulo (USP), escreve sobre a EFICÁCIA HORIZONTAL DO *DUE PROCESS* LABORAL: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL A UM PROCEDIMENTO TRABALHISTA JUSTO COMO FATOR DE CONTROLE DO PODER PRIVADO EMPREGATÍCIO (*Horizontal Effectiveness of the Laboral Due Process: Reflections on the Fundamental Right to a Fair Labor Procedure as a Control Factor in the Employment of Private Power*), onde, a partir do pensamento de José Joaquim Gomes Canotilho e Guilherme Guimarães Feliciano, reivindica a eficácia *horizontal* da cláusula do *due process* laboral, enquanto direito fundamental a um procedimento trabalhista justo no âmago das relações materiais empregatícias. Com este artigo o autor visa uma hermenêutica que

assegure a máxima concretude aos direitos fundamentais e democratize a relação de emprego.

Dicesar Beches Vieira Júnior, mestrando pelas Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil) e professor de Direito do Trabalho pela Faculdade Educacional Araucária (Facear), apresenta A TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DE CONVÊNIOS E A QUESTÃO DA ISONOMIA SALARIAL (*The outsourcing of public services through consortium and the equal pay question*), para analisar a questão da isonomia salarial na terceirização em convênio do serviço público.

Na seção de Direito Ambiental, Fábio Roque Araújo, professor Doutor de Direito Penal da UFBA, apresenta o artigo PECULIARIDADES DO DIREITO PENAL AMBIENTAL (*Environmental criminal law peculiarities*), em que adverte que, embora o Direito Penal Ambiental ainda não seja aceito por muitos criminalistas tradicionais - especialmente em questões relativas ao princípio da legalidade, bem jurídico tutelado e responsabilização da pessoa jurídica, ele é um ramo do direito que tem uma importância prática e teórica significativa para o mundo jurídico.

A seguir, Gisane Tourinho Dantas, Mestre em Direito pela UFBA e Procuradora do Município do Salvador, escreve o artigo: IPTU VERDE E O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL (*Green tax and the sustainable city right*) para, a partir da análise da evolução da propriedade privada e da sanção premial, demonstrar a passibilidade de se instituir nas esferas municipais o IPTU verde,

que pode vir a se constituir em um importante instrumento em direção à uma cidade sustentável.

Na seção de Direito Penal, Zilan da Costa e Silva Moura, Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia, escreve o artigo denominado MEIOS ALTERNATIVOS PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA (*Alternative dispute resolution and the restorative justice*) para fazer uma análise da crise de legitimidade do sistema punitivo estatal, crise que decorre da coexistência de um sistema penal respeitador das liberdades ao lado de um sistema penal cruel e autoritário. O autor sugere como solução a instituição de um sistema criminal que assegure meios alternativos para a resolução dos conflitos sociais.

Na seção de Direito Empresarial, João Glicério De Oliveira Filho, Professor Doutor de Direito Empresarial da Universidade Federal da Bahia, juntamente com Isabella Lucia Poidomani, graduanda em Direito na Universidade Federal da Bahia, oferece o artigo denominado A POSSIBILIDADE DO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA ATRAVÉS DA EIRELI (*The possibility of exercising law profession through EIRELI*), que analisa as vantagens em se constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) para o exercício da advocacia, o que para os autores ampliaria o rol de possibilidades do advogado, assegurando uma maior segurança na prestação dos seus serviços, especialmente por afastar a possibilidade de confusão patrimonial entre os sócios.

Por fim, na nova seção de Direito Animal, vamos encontrar o artigo BREVES REFLEXÕES SOBRE DOMINAÇÃO MASCULINA E

CARNIVORISMO (*Breif reflections about male dominance and carnivorism*) de Ana Cristina Bacega Debas e Mayara Pellenz, mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Meridional (RS), que analisam as relações de poder, violência e submissão nas relações entre os gêneros, para demonstrar como essas relações são conexas com a relação homem/natureza, especialmente no que se refere ao carnivorismo.

Em seguida, *Tatiana Stroppa e Thaís Boonem Viotto*, professora MSc Graduanda do 5^a ano do curso de Direito do Centro Universitário de Bauru (SP) DIREITOS ALÉM DA VIDA HUMANA (*Rights over the human life*), analisa a outorga de titularidade de direitos aos animais, a partir do artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII da Constituição Federal de 1988 e sob a óptica biocêntrica.